

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 15 a 19 de janeiro, em Brasília.

VIAGENS DE LULA E NEGOCIAÇÕES SOBRE A MPV DA REONERAÇÃO

Nesta semana, o presidente Lula inicia o giro nacional que prometeu realizar ainda no ano passado. Sua passagem pelos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará tem o objetivo de fortalecer acordos visando o aumento do número de prefeitos aliados nas eleições municipais no próximo mês de outubro.

Apesar dos esforços para ampliar sua projeção, é no Congresso que o governo encontra grande resistência, especialmente em torno da Medida Provisória (MPV) da reoneração da folha. Após a repercussão negativa, o presidente do Senado e do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), sinalizou a Lula a indisposição do Parlamento em reonerar os setores produtivos e se comprometeu a negociar com o Ministério da Fazenda antes de prosseguir com os encaminhamentos da MPV. Um encontro para discutir o tema está agendado para a noite desta segunda (15), quando Fernando Haddad retorna das férias.

Reconhecendo a conjuntura desafiadora, a Fazenda aceitou a negociação desde que se mantenham duas premissas: **eliminação gradativa dos benefícios e adoção de medidas adicionais para compensar os impactos**. Há disposição do governo em negociar uma transição mais longa, que retome a cobrança integral apenas em 2029. Entretanto, a pasta econômica se preocupa com a perda de R\$ 6 bilhões no orçamento de 2024, para o qual ainda não há previsão de compensação.

Enquanto isso, líderes de partidos aliados sugerem a **redução do fundo eleitoral e a revisão dos tributos aplicados aos marketplaces como forma de compensar a desoneração**. A proposta foi apresentada na última semana, em reunião com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Duringan. Todavia, ambas representam riscos de nova derrota ao governo, tendo em vista a indisposição de parte dos parlamentares em alterar o fundo eleitoral e as repercussões negativas que o aumento dos tributos dos marketplaces trará aos consumidores.

Destaque da Semana

Segunda

- Reunião entre o ministro **Fernando Haddad** (Fazenda) e o presidente **Rodrigo Pacheco** (PSD/MG, Senado Federal) para discutirem a **manutenção da [MP 1.202/2023](#)** (*reoneração da folha de pagamentos*).

Quinta e Sexta

- Encontro do **presidente Lula** com o **presidente do Paraguai, Santiago Peña**, para tratarem, entre outras pautas, da **Itaipu Binacional**, obras de **infraestrutura e Mercosul**.

Nesta Semana

- Viagens do **presidente Lula** à **Bahia, Pernambuco e Ceará**, visando impulsionar prefeitos para as eleições municipais.

- Presença do presidente **Roberto Barroso** (STF) e ministras **Marina Silva** (Meio Ambiente e Mudança Climática) e **Nísia Trindade** (Saúde), no **Fórum Econômico Mundial 2024**, em Davos, na Suíça.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do presidente – **Luiz Inácio Lula da Silva** recebeu, juntamente com o ministro **Fernando Haddad** (Fazenda) e o ministro substituto **Marcio Elias Rosa** (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços), nesta segunda (15), o presidente do Paraguai, **Santiago Peña**, com quem tratou de temas afetos à Itaipu Binacional, obras de integração de infraestrutura, combate aos ilícitos transnacionais e o Mercosul. Ao longo do dia Lula também se reuniu com os ministros **Margareth Menezes** (Cultura), **Silvio Costa** (Portos e Aeroportos) e **Juscelino Filho** (Comunicações). Na quinta (18), o Chefe do Executivo deve visitar a Região Nordeste, a começar por Salvador-BA, passando também por Pernambuco (18) e Ceará (19), para uma série de viagens para inauguração de obras e lançamento de iniciativas de governo.

O presidente Lula poderá sancionar, dentre outras, as seguintes proposições legislativas cujos prazos constitucionais encerram-se esta semana: o [PLN 29/2023](#) (PLOA 2024); o [PL 757/2022](#) (regulação da prática de navios); o [PL 5497/2019](#) (cota de tela para filmes brasileiros nos cinemas até 2033); e o [PL 3696/2023](#) (prorrogação da cota para produção brasileira na TV até 2038)

Vice-Presidência da República

Agenda do vice-presidente – **Geraldo Alckmin** retorna, nesta segunda (15), de viagem da capital da Guatemala, onde participou de ato em apoio ao presidente eleito, **Bernardo Arévalo**, que teve sua cerimônia de posse adiada; e de sessão solene de juramento e também da cerimônia de posse dos membros do gabinete do governo guatemalteco.

Além disso, o vice-presidente encontrou-se com o alto representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, **Josep Borrell**; a chanceler do México, **Alícia Ibarra**; e a vice-presidente da Guatemala, **Karin Herrera**, com quem tratou de programas brasileiros de agricultura familiar e de uso da água.

MDIC

Ministério do Desenvolvimento,
Indústria, Comércio e Serviços

BNDES

Banco Nacional de
Desenvolvimento Econômico e
Social

Agenda do banco – Representantes da Área de Planejamento Estratégico do banco estiveram reunidos, nesta segunda (15), com a Casa Civil (CC/PR) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Além disso, **Fernando Passeri Lavrado**, da Área de Tecnologia de Informação do BNDES, reuniu-se virtualmente com o Comitê de Inovação e Tecnologia da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

MEC

Ministério da Educação

Agenda do ministro – **Camilo Santana** reuniu-se, nesta segunda (15), com as equipes técnicas das Secretarias de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase); de Educação Básica (SEB); de Gestão, Inovação e Avaliação de Políticas Educacionais (Segape) e Executiva (SE) para tratar do planejamento de ações da pasta para o mês de janeiro.

MEMP

Ministério do
Empreendedorismo, da
Microempresa e da Empresa de
Pequeno Porte

Agenda do ministro – **Márcio França** participa, nesta sexta (19), do evento “*E-commerce*, pequenas e médias empresas no Brasil”, de iniciativa do Portal JOTA. Também está prevista a participação, entre outros, da secretária de Comércio Exterior do MDIC, **Tatiana Prazeres**; da diretora de Negócios da ApexBrasil, **Ana Paula Repezza**; e do gerente de Competitividade do Sebrae, **Ivan Hussni**.

MF
Ministério da Fazenda

Agenda do ministro – **Fernando Haddad** acompanhou o presidente **Lula** (PT) em reunião bilateral, nesta segunda (15), com o presidente do Paraguai, **Santiago Peña**. Além disso, se encontrou com o presidente do Congresso Nacional, **Rodrigo Pacheco** (PSD/MG), para tratar da [MP 1202/2023](#) (*reoneração da folha de pagamentos*).

BACEN
Banco Central do Brasil

Agenda internacional

- ✓ Londres (Inglaterra) – “*10th BBVA Latin America Conference*”;
- ✓ Londres (Inglaterra) – Reunião com o *European Economics and Financial Centre (EEFC)*; e
- ✓ Paris (França) – Reuniões anuais do Grupo Bellagio no Banco da França.

Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial, a projeção para 2024 foi elevada em US\$ 4,5 bilhões de resultado positivo, ficando em US\$ 75 bilhões.

Boletim Focus – Para o IPCA, a expectativa do mercado para 2024 caiu de 3,9% para 3,87%, enquanto as perspectivas para 2025 e 2026 mantiveram-se estáveis em 3,5% pela 25ª e 28ª semanas consecutivas, respectivamente. No caso do PIB 2023, a mediana das projeções permaneceu em 1,59%, em comparação à última semana. Ainda, no âmbito do mercado financeiro, a expectativa para a taxa básica de juros da economia, a Selic, permaneceu nos 9 p.p. pela 3ª semana consecutiva. Já a projeção para a taxa de câmbio do dólar em 2024 caiu para R\$ 4,95.

BB
Banco do Brasil

Agenda internacional

- ✓ Zurique (Suíça) – “*LIDE Brazil Economic Forum*”.

CVM
Comissão de Valores Mobiliários

Agenda internacional

- ✓ Nova Iorque (EUA) – Reunião do Comitê de Riscos Emergentes da IOSCO.

Poder Legislativo

Congresso Nacional

O **Congresso Nacional** se encontra em **recesso legislativo**. A previsão é que os parlamentares retomem as atividades em **2 de fevereiro de 2024**. Nesse período, uma Comissão Representativa de parlamentares fica de sobreaviso para situações emergenciais.

Política

Presidente do Senado comenta possível judicialização da desoneração da folha. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, comentou a possibilidade de judicialização da desoneração para 17 setores da economia e para municípios (Lei 14.784/2023), levantada pelo governo, com o argumento de que a legislação é inconstitucional. Pacheco disse que o questionamento judicial é um direito do governo, mas ponderou que, ao menos para a desoneração das empresas, já existe entendimento do STF pela constitucionalidade da medida. Fonte: Agência Senado

Líderes do Congresso sugerem à Fazenda redução em fundo eleitoral e mais tributos a 'marketplaces' para compensar desoneração. Para resolver o imbróglio entre o Congresso Nacional e o Ministério da Fazenda em torno da desoneração da folha, sem uma nova derrota para o governo – depois da derrubada do veto de Lula sobre o tema –, líderes de partidos aliados sugeriram à equipe econômica duas medidas polêmicas: a redução do fundo eleitoral e uma nova taxa para produtos vendidos pelos chamados "marketplaces", como os sites chineses (entenda mais abaixo). As sugestões foram feitas em reuniões com o secretário-executivo da Fazenda, Dario Diringan, que está como ministro interino até a volta de férias de Fernando Haddad. As medidas ajudariam a compensar a perda que a Fazenda estima de R\$ 6 bilhões neste ano. Em dezembro, o Congresso derrubou, por ampla maioria, o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto que prorrogou a desoneração de 17 setores da economia. No fim do ano passado, já dentro do recesso parlamentar, o governo editou uma medida provisória (MP) que prevê uma reoneração gradual desses setores. Fonte: G1 Notícias

Fazenda negocia com Congresso redução gradual da desoneração da folha. A pressão de parlamentares para que a desoneração da folha de pagamento seja mantida levou o Ministério da Fazenda a negociar um acordo que preveja ao menos uma redução gradual do benefício fiscal, de acordo com duas fontes da pasta, que enfatizaram a necessidade de se encontrar receitas para compensar eventuais perdas de arrecadação. Os argumentos da equipe econômica foram levados a reuniões preliminares de técnicos da pasta com parlamentares na semana passada, e o tema voltará a ser debatido na segunda-feira (15) em encontro entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), e o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG). “Se a gente fechar um acordo, deveria ser envolvida uma escadinha, um *'phase out'*. Ou em 2027, quando eles dizem que acaba o benefício, vai ter a mesma discussão de que ‘é muito grave, vai desempregar, o impacto é muito grande’”, disse uma das autoridades envolvidas nas tratativas. Fonte: InfoMoney

Governo discute acordo sobre desoneração com transição mais longa e compensações O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tenta costurar um acordo sobre a desoneração da folha de pagamento de 17 setores que contemple uma transição mais longa para encerrar o benefício e medidas alternativas para compensar a perda de arrecadação. Interlocutores da equipe econômica afirmam que esse é o "acerto de fundo" firmado com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e que deve balizar as próximas conversas sobre o tema. Uma reunião entre Pacheco e o ministro Fernando Haddad (Fazenda) está prevista para a segunda-feira (15), quando se espera algum avanço nas discussões. Fonte: Folha de S. Paulo

Segundo maior bloco da Câmara deve ser mantido em 2024 O segundo maior bloco da Câmara dos Deputados, que reúne MDB, PSD, Republicanos e Podemos, deve ser mantido neste ano, segundo relatos de membros das legendas. Formado em março de 2023, o bloco reúne 144 deputados, das 513 cadeiras na Câmara. Líderes avaliam que a tendência é que ele seja mantido. Essa aliança pode ser um fator importante na disputa pela sucessão de Arthur Lira (PP-AL) na presidência da Câmara em 2025. Isso porque, até o momento, despontam como possíveis candidatos três deputados do grupo: Marcos Pereira (Republicanos-

SP), Antonio Brito (PSD-BA) e Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL). Lideranças ouvidas pelo Painel afirmam que é possível haver uma convergência em torno de um nome único do bloco na disputa, mas dizem que isso ainda não foi tratado. Fonte: Folha de S. Paulo

Padilha mapeia prioridades dos ministérios para o ano no Congresso; leia bastidor. Responsável pela articulação política do governo, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, aproveita o recesso parlamentar para mapear as prioridades de cada ministério para a tramitação no Congresso. Passado o primeiro ano de mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando o capital político de qualquer chefe de poder é maior, a perspectiva é de um ano mais difícil na relação com os parlamentares. Há ainda o calendário apertado, já que o segundo semestre deve ser influenciado pelas eleições municipais e pela corrida às presidências da Câmara e Senado, que serão renovadas em 2025. Fonte: O Estado de S. Paulo

Planalto prioriza busca por receitas em pauta legislativa. Num ano em que o déficit fiscal zero foi acordado no orçamento e é apontado como um compromisso crucial pelos investidores e economistas do mercado financeiro, o governo não dá sinais de que irá na direção de conter as despesas para atingir a meta. A busca por receitas para atingir o déficit primário zero e avanços na reforma tributária estão no topo da pauta legislativa do governo para o primeiro semestre, segundo fontes do Palácio do Planalto. Há uma expectativa no Congresso também por iniciativas para corte de gastos públicos, que poderiam ser apresentadas por meio de uma versão mais enxuta da reforma administrativa. No Planalto, no entanto, esse tipo de medida não é citado entre as prioridades. Por outro lado, a pauta econômica, assim como a regulação das redes e da inteligência artificial com vistas às eleições municipais, coincide com as prioridades da cúpula do Congresso para os próximos meses. Fonte: Valor Econômico

Lula aposta em Lewandowski para melhorar relação com o Senado. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva espera que o novo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, ajude não apenas na interlocução com o STF (Supremo Tribunal Federal), corte que ele já presidiu, mas também com o Congresso Nacional. Aliados lembram que ele construiu uma boa relação com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ao coordenar uma comissão de juristas que revisou a lei do impeachment, em 2022. O Senado tem sido uma pedra no sapato do governo, onde a oposição formou um bloco coeso e atuante. O próprio Pacheco tem mandado sinais para partidos de direita na Casa, patrocinando derrotas para a base aliada. Fonte: Folha de S. Paulo

Antes mesmo de assumir ministério, Ricardo Lewandowski desperta interesse em comissão na Câmara. Com a posse marcada para o início de fevereiro, o escolhido para comandar o Ministério da Justiça, o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski, deve ser convidado para ir na Câmara dos Deputados no mesmo mês que inicia seu trabalho no governo federal. Por se tratar de um convite, a presença não seria obrigatória. Antes mesmo de assumir a pasta, Lewandowski desperta curiosidade entre deputados da oposição que integram a Comissão de Segurança Pública. A iniciativa que deve ser protocolada por Sanderson (PL-RS) visa questionar o ministro sobre quais estratégias serão aplicadas no ministério para combater o crime organizado. O encontro deve ocorrer na volta das atividades legislativas na Câmara dos Deputados. Fonte: O Globo

Saída de Dino da Justiça deixará 47 convocações na Câmara em aberto. A saída de Flávio Dino do Ministério da Justiça deixará em aberto 47 requerimentos de deputados federais de convocação para que ele preste depoimento na Câmara sobre diversos temas. Dino é o campeão disparado entre os ministros no ranking de convocações por parlamentares, quase todos bolsonaristas. Isso se deve à amplitude de temas da pasta que ainda comanda e ao seu estilo combativo e debochado, com muitas frases de efeito e provocações. Dos requerimentos ainda em tramitação, 12 se referem aos encontros mantidos no ano passado por dirigentes da pasta com a mulher de um líder do Comando Vermelho preso no Amazonas. Fonte: Folha de S. Paulo

Reforma Administrativa: governo acena com mudança na avaliação e fim do ponto para deter proposta defendida por Lira No momento em que o governo se prepara para realizar concursos públicos e voltar a contratar servidores, o andamento da Reforma Administrativa deve opor o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e outros integrantes da equipe econômica do governo Lula. Lira pretende tocar em 2024 as discussões sobre a Reforma Administrativa, tomando como base o texto enviado pelo governo Jair Bolsonaro em 2020. A proposta reduz a estabilidade de servidores, entre outros pontos dos quais o governo atual discorda. Líderes do Congresso veem com ceticismo o andamento da pauta em razão das eleições municipais e da falta de empenho da União. Fonte: O Globo

Presidente Lula sanciona sem vetos Plano Plurianual federal elaborado com a maior participação social da história. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou sem vetos o projeto de lei que instituiu o Plano Plurianual 2024-2027, com a maior participação social da história do governo federal. A Lei 14.802/24 entra em vigor a partir da quinta-feira (11) e estabelece prioridades, diretrizes, programas, objetivos e metas que deverão ser previstas nas leis de diretrizes orçamentárias (LDO) e nos orçamentos anuais dos próximos quatro anos, para atender o que foi proposto no processo do PPA Participativo. O Secretário Nacional de Participação Social, Renato Simões, avalia que a experiência exitosa do PPA participativo abre espaço para mais participação social no governo. “O PPA participativo mostrou ao país que se pode fazer participação popular intensa e intensiva aprimorando a política pública planejada no Executivo com pleno respeito às prerrogativas do Congresso Nacional. O resultado final foi um texto robusto, coerente, aprovado sem crises e sancionado sem vetos, que abre caminho para novos espaços da participação social nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais desses próximos quatro anos”, afirmou. Fonte: ASCOM SG

Membros do Conselho procuram governo para dizer que são alvo de fake news sobre remuneração. Membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o Conselho, procuraram representantes do governo Lula (PT) para afirmar que estão sendo alvo de *fake news* distribuídas no WhatsApp por grupos bolsonaristas. A notícia falsa diz que os representantes do conselho recebem salário e remuneração para participar de reuniões dos grupos de trabalho e comissões temáticas —o decreto que criou o grupo diz que a participação nas atividades do conselho será considerada “prestação de serviço público relevante, não remunerada”. A empresária Rosângela Lyra, que integra o grupo, diz que essa notícia falsa é “tão patética” que virou motivo de brincadeira entre os conselheiros. “A marca desse pessoal da extrema-direita é a desinformação com intenção deliberada de enganar. Nós trabalhamos para ajudar o Brasil sem receber nenhum valor, sem vantagem, porque amamos o Brasil e acreditamos no governo”, afirma. Fonte: Folha de S. Paulo

Economia

Reforma tributária: GT vai discutir contratos de concessões. Portaria publicada pelo Ministério da Fazenda na sexta-feira, 12, institui o Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da Reforma da Tributação sobre o Consumo (PAT-RTC), com o objetivo de discutir as leis complementares previstas na Emenda Constitucional nº 132, promulgada pelo Congresso Nacional no ano passado. Serão criados diferentes colegiados para elaborar propostas, que posteriormente serão analisadas pela equipe econômica, um deles, discutirá o “reequilíbrio de contratos de longo prazo”. O tema está alinhado a dispositivo aprovado na reforma tributária, que prevê uma norma especificamente para “estabelecer instrumentos de ajustes nos contratos firmados anteriormente à entrada em vigor [do novo regime], inclusive concessões públicas”. O PAT-RTC é composto por uma Comissão de Sistematização, um

Grupo de Análise Jurídica, diversos Grupos Técnicos, além do apoio da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária da Fazenda. Fonte: Tele.Síntese

Governo cria 19 grupos de trabalho para regulamentar a Reforma Tributária. O governo Lula criou 19 grupos de trabalho com estados e municípios para regulamentar a Reforma Tributária sobre o consumo, promulgada pelo Congresso Nacional no fim do ano passado, por meio de portaria. Após a promulgação, foi estabelecido o prazo de 180 dias para o envio de projetos de leis complementares. Ou seja, o prazo está correndo. Com representação paritária da União e entes federativos, os grupos vão elaborar no prazo de 60 dias os chamados anteprojetos (propostas de texto legal) para regulamentar o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). O primeiro é da União e o segundo é dos estados e municípios. O Executivo vai receber as propostas para formular os projetos de leis que precisam ser enviados ao Congresso, tratando do detalhamento dos efeitos da Reforma Tributária. Os grupos temáticos vão tratar de temas como: cesta básica e *cashback*, comitê gestor, imposto seletivo; e Zona Franca de Manaus. Fonte: Abranet

No Congresso, governistas e oposição acham difícil zerar déficit em 2024. Três em cada quatro parlamentares do Congresso Nacional acham “difícil” o governo conseguir cumprir a meta fiscal de déficit zero definida no orçamento de 2024. O dado é do Painel do Poder, pesquisa realizada em dezembro pelo Congresso em Foco com líderes na Câmara e no Senado. A meta fiscal zero para este ano é um ponto defendido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mas que foi colocado em questão por aliados do presidente Lula (PT) – e mesmo pelo próprio presidente, que chegou a dizer que o objetivo “dificilmente” seria alcançado. Na sexta-feira (5), segundo o relatório Focus, do Banco Central, o mercado esperava um resultado primário negativo em 2% do PIB para 2024. Fonte: Congresso em Foco

Judiciário

STF abre inquérito para apurar acusações contra Moro por supostas irregularidades na Lava Jato. O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a abertura de inquérito para investigar acusações de supostas irregularidades e crimes cometidos pelo então juiz Sergio Moro e procuradores do Ministério Público Federal (MPF) no Paraná em operações como a Lava Jato. “Mostra-se necessária a instauração de inquérito neste Supremo Tribunal Federal para investigação sobre os fatos narrados, nos exatos termos em que pleiteados, na medida em que demonstrada a plausibilidade da investigação de condutas, em tese, tipificadas como crime”, disse Toffoli. O ministro seguiu manifestações favoráveis da Polícia Federal (PF) e da Procuradoria-Geral da República (PGR). Em nota, Moro disse desconhecer a decisão e que “não houve qualquer irregularidade no processo de quase vinte anos atrás”. Fonte: CNN.

Fachin descarta urgência em ação do Novo contra desoneração da folha. O vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, decidiu na sexta-feira (12) que não vai analisar a ação protocolada pelo partido Novo contra a medida provisória (MP) editada pelo governo federal sobre a desoneração da folha de pagamento de 17 setores produtivos. Fachin entendeu que não há urgência no julgamento do caso porque a MP, editada no do ano passado, só entrará em vigor em abril deste ano. Com o entendimento, a ação será enviada ao relator do caso, ministro Cristiano Zanin, a partir de 1º de fevereiro, quando os trabalhos serão retomados na Corte. “No que concerne à atuação jurisdicional, a suscitada urgência em demanda apresentada no recesso deste tribunal, no caso, vai de encontro, ao menos por ora, neste momento, ao que deflui, para a hipótese de toda e qualquer medida provisória tributária, do princípio constitucional da anterioridade nonagesimal tributária”, destacou Fachin. Fonte: Agência Brasil

Raquel Dodge se movimenta por uma vaga no STJ A ex-procuradora-geral da República Raquel Dodge se movimenta nos bastidores para assumir uma cadeira no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Apesar do recesso do Judiciário, Dodge tem mantido conversas com ministros da Corte, em busca de votos para integrar a lista tríplice que será entregue até maio ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva — com quem a ex-PGR deseja marcar uma audiência. Procurada, Raquel Dodge não se manifestou. O processo funciona da seguinte maneira: os Ministérios Públicos vão encaminhar ao STJ, até maio, nomes de procuradores para a vaga deixada pela agora ministra aposentada Laurita Vaz. Os 33 magistrados, então, se posicionam e os três mais votados vão à análise do presidente da República, que indica um deles ao Senado. A Casa dá a palavra final.
Fonte: O Estado de S. Paulo

Último Foco

Proposta de Pacheco que regula uso de inteligência artificial deve ser votada em abril em comissão do Senado A comissão temporária criada pelo Senado para regulamentar o uso de Inteligência Artificial (IA) prevê a apresentação de um relatório final em abril. A principal proposta em análise, apresentada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não faz menção às eleições, mas mudanças podem ser feitas no texto ao longo da tramitação. O projeto de Pacheco estabelece diretrizes gerais para o desenvolvimento, implementação e uso de sistemas de IA no Brasil. O texto prevê a “participação humana no ciclo da inteligência artificial” e “rastreamento das decisões como meio de prestação de contas e atribuição de responsabilidades a uma pessoa natural ou jurídica”. A iniciativa estipula ainda que pessoas atingidas “de maneira significativa” por decisões das ferramentas podem requisitar revisão humana. Fonte: O Globo

TSE avança sobre *big techs* com regra de inteligência artificial em meio a entraves. Com a divulgação de uma minuta de resolução que tem como principal objetivo regulamentar o uso de inteligência artificial nas eleições municipais deste ano, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) busca ampliar a responsabilização de *big techs* por conteúdo publicado em redes sociais. Um ponto-chave da proposta do tribunal, que ainda deve ser aprovada no plenário da corte, é atribuir responsabilidades aos chamados “provedores de aplicação de internet” que veiculem conteúdo eleitoral. Eles devem, segundo o texto, adotar e publicizar “medidas para impedir ou diminuir a circulação de conteúdo ilícito que atinja a integridade do processo eleitoral”. Entre essas medidas estão garantias de “mecanismos eficazes de notificação, acesso a canal de denúncias e ações corretivas e preventivas”. Fonte: Folha de S. Paulo

Regulação de plataformas digitais: relatório do CGI.br mapeia consensos e dissensos entre setores. O Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br) publicou a sistematização de mais de 1,3 mil contribuições coletadas entre 25 de abril e 20 de julho deste ano, na Consulta sobre Regulação de Plataformas Digitais aberta a comentários públicos. Os resultados dessa ampla escuta, que mobilizou indivíduos e organizações ligadas tanto à comunidade científica e tecnológica, como ao governo, terceiro setor e segmento empresarial de todas as regiões do país, foram analisados e sistematizados, gerando o relatório divulgado na quarta-feira (13), em coletiva de imprensa, na capital paulista. Acesse o [link](#). O documento detalha definições e classificações de plataformas digitais, traz um mapeamento dos riscos oferecidos pelas atividades que elas exercem e medidas regulatórias sugeridas como potencialmente capazes de mitigá-los, bom como da governança e dos atores necessários para implementar a eventual regulação“. Fonte: CGI.br

STF retoma seleção de empresa que fará ‘ChatGPT’ da corte. Com o fim do recesso, o Supremo Tribunal Federal retoma o processo de seleção das empresas que oferecem tecnologia de inteligência artificial para o mundo jurídico como forma de facilitar a tomada de decisões no dia a dia do Judiciário. A ideia do presidente Luís Roberto Barroso é melhorar o andamento dos processos e agilizar a parte operacional de técnicos da

Corte. No fim do ano passado, foi realizado um chamamento público de empresas especializadas. Mais de 40 foram habilitadas inicialmente e pouco mais da metade demonstrou os protótipos aos técnicos do Supremo. A legaltech Sem Processo foi uma delas. Sua ferramenta apresentada consegue, por exemplo, prever o comportamento processual em determinados casos, utilizando algoritmos baseados na jurisprudência brasileira. “O Ministro Barroso está fazendo uma verdadeira revolução. Com a iniciativa, o STF se torna a primeira instância superior do mundo a utilizar inteligência artificial generativa, consagrando a sua entrada na era do Supremo 4.0”, disse Bruno Feigelson, co-CEO do Sem Processo. Em outubro, Barroso afirmou que havia encomendado às bigtechs (Google, Amazon e Microsoft) propostas de soluções envolvendo IA. Além de um programa que resume os processos, o presidente do STF pediu um ChatGPT jurídico, alimentado com jurisprudência do próprio Supremo, do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e dos tribunais estaduais. A ideia é que o chat faça um esboço de decisão para acelerar o trabalho de juízes. Fonte: Folha.

BNDES aprova R\$ 32 mi para conectividade de escolas públicas e áreas rurais do Rio Grande do Sul.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento de R\$ 32 milhões para projeto que levará conexão de internet banda larga de qualidade para 24 escolas públicas e duas mil residências em áreas rurais do Rio Grande do Sul. Os recursos aprovados pelo Banco provêm do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), do qual o BNDES é agente financeiro, e serão destinados à construção de 410 km de rede de fibra ótica para as conexões das escolas e de 82 km de rede de alta capacidade, ligação entre o núcleo da rede (*backbone*) e sub-redes periféricas. O projeto da Coprel Telecom prevê também a implantação de infraestrutura interna de internet nas 24 escolas com novas conexões e em outras 34 unidades de ensino, impactando ao todo 4.726 alunos em 58 estabelecimentos escolares de 33 municípios do estado. Fonte: ASCOM BNDES

Com pressão política e desapontamento com resultados, operadoras trocam comando da EACE.

A partir da próxima semana a EACE (Entidade Administradora da Conectividade de Escolas) terá novo comando: será presidida por Flávio Santos, atual diretor de TI do BRB (Banco de Brasília), nome indicado pelo ministro das Comunicações Juscelino Filho. A movimentação do ministro para a indicação de um nome de sua confiança para a EACE, que administra cerca de R\$ 3,2 bilhões em recursos pagos pelas operadoras de telecomunicações vencedoras do leilão de 5G na faixa de 26 GHz, vem desde o final do primeiro semestre de 2023, mas havia resistência por parte das operadoras em acatar mais uma indicação política. A primeira indicação de cunho político já havia sido a escolha de Maxwell Vieira em 2022, primeiro presidente da entidade e que saiu no começo de 2023 após bater de frente com o presidente do GAPE (grupo gestor que acompanha a implementação das obrigações), conselheiro Vicente Aquino. Fonte: Teletime

Banda larga para segurança pública movimentará US\$ 5,7 bi em 2026. Até o final de 2026, os investimentos anuais globais em infraestrutura e dispositivos de banda larga para segurança pública devem ultrapassar US\$ 5,7 bilhões, conforme projeção da consultoria SNS Telecom & IT. De acordo com a estimativa, o aumento do uso de plataformas para videomonitoramento em alta resolução e de transmissão de dados de missão crítica (incluindo aqueles que passam por redes LTE e 5G NR) são algumas das razões para o aumento expressivo nos investimentos. Ainda de acordo com a consultoria, a chegada comercial de outras tecnologias que possibilitam a entrega de vídeo em tempo real, aplicativos móveis de escritório e de campo, serviços de localização, consciência situacional e recursos não tripulados, por exemplo, estão ganhando destaque como plataformas de comunicação para segurança pública em diversos países. Esse movimento fomenta a alocação de novos investimentos na área. Fonte: Teletime

Conheça os 11 representantes da sociedade civil eleitos para o CGI.br. O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) anunciou na sexta-feira (15) os candidatos eleitos no 7º processo eleitoral para representantes da Sociedade Civil, que exercerão mandato de três anos no Colegiado. A lista dos titulares e suplentes está disponível em: <https://cgi.br/pagina/resultado-final-das-eleicoes-cgi-br-2023/>. A publicação da portaria de

nomeação está prevista ainda para este mês de dezembro. Referência internacional, o CGI.br adota um modelo de governança multissetorial, com efetiva participação de todos os setores da sociedade nas suas decisões. Ao longo dos anos, consolidou-se como um importante espaço de diálogo para a obtenção dos consensos necessários para a elaboração de recomendações e diretrizes relacionadas ao uso e o desenvolvimento da Internet no Brasil. Desde 2003, o CGI é composto por 21 membros, sendo 11 deles eleitos pela Sociedade Civil – quatro do setor empresarial, quatro do terceiro setor e três da comunidade científica e tecnológica –, nove indicados por órgãos de governo e um integrante de notório saber em assuntos de Internet. O processo eleitoral ocorre dentro de colégios eleitorais composto por entidades representativas desses três setores, que escolhem por meio de voto eletrônico seus representantes no Comitê. Fonte: CGI.br

Mapa e Serpro celebram acordo de cooperação para a criação da Plataforma Digital de Inovação Agropecuária. Com o objetivo desenvolver e operacionalizar a “Plataforma Digital de Inovação Agropecuária AgroHub Brasil”, o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) firmou um Acordo de Cooperação Técnica junto ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). A Plataforma AgroHub Brasil será um ambiente virtual de Inovação Aberta, específica para o setor agropecuário, que fomentará a interação dos diversos ecossistemas regionais, contribuindo na execução do Programa AgroHub Brasil. Com suporte multilíngue e empregando soluções tecnológicas, como API (Interface de Programação de Aplicativos) e IA (Inteligência Artificial), a Plataforma vai conectar academia, governo, sociedade civil, empreendedores e investidores criando uma rede de transferência de tecnologia voltada para a busca de soluções inovadoras que atendam os produtores e fomentem o empreendedorismo tecnológico no campo. Fonte: ASCOM MAPA

Conferência Global da IASP em Porto Alegre destaca Inovação na América Latina. A Aliança para Inovação formada pela UFRGS, PUCRS e Unisinos será organizadora do Porto Alegre 2024 IASP *Latin America Conference*, uma conferência global dedicada à Divisão da América Latina da Associação Internacional de Parques Científicos e Áreas de Inovação (IASP), de 18 a 20 de março de 2024. Planejada estrategicamente em uma semana importante para Porto Alegre, o programa da conferência está conectado ao *South Summit Brazil 2024*, proporcionando aos participantes uma compreensão mais profunda da Aliança para Inovação como um caso de desenvolvimento regional. Discussões sobre “Alianças para Inovação – Conectando a América Latina para Impacto” guiarão o programa da conferência, que inclui visitas técnicas a importantes ambientes de inovação locais, sessões de discussão com painelistas renomados e valiosas oportunidades de networking. Fonte: ANPROTEC

IA afetará cerca de 40% dos empregos do mundo, diz FMI A inteligência artificial (IA) afetará 60% dos empregos nas economias avançadas, afirmou a diretora-gerente do FMI, Kristalina Georgieva, pouco antes de partir para o Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça. “As economias avançadas e alguns mercados emergentes verão 60% de seus empregos afetados”, disse em uma entrevista em Washington, citando um novo relatório do Fundo Monetário Internacional sobre o assunto. “E depois diminui para 40% para os mercados emergentes, 26% para os países de baixa renda”, acrescentou, referindo-se ao relatório do FMI, que aponta que, globalmente, quase 40% do emprego mundial está exposto à IA. Fonte: Folha de S. Paulo